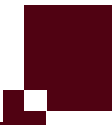


ALGUNS ASPECTOS DA EVOLUÇÃO RECENTE DA CLASSE TRABALHADORA CHINESA E SEUS DESAFIOS ORGANIZACIONAIS

SOME ASPECTS OF THE RECENT EVOLUTION AND ORGANIZATIONAL CHALLENGES OF THE CHINESE WORKING CLASS

Edison Urbano¹

<http://orcid.org/0009-0002-5256-3449>



RESUMO

A ascensão da China ao status de potência econômica de impacto global constitui há anos um fato em torno do qual existe amplo consenso entre pesquisadores, analistas e até mesmo entre o público geral. Ao mesmo tempo, muitos ainda parecem concordar que seu desenvolvimento para o status de grande potência econômica se deu sem anular a existência de desproporções e inclusive a permanência de atraso relativo em certos âmbitos. A seu modo, a situação dos trabalhadores chineses, tomada em conjunto e apesar de significativa heterogeneidade, parece refletir uma dinâmica semelhante. De acordo com pesquisadores chineses e estrangeiros, na última década teria ocorrido um duplo movimento, em que não apenas os trabalhadores buscaram diversas formas de organização paralela aos sindicatos, mas em alguns casos os próprios empregadores teriam lançado mão de formas alternativas de mediação, frente à incapacidade dos sindicatos oficiais de resolver os conflitos laborais. O presente artigo busca apresentar um breve panorama de todo esse processo, concentrando-se em sua seção final em estudos que apontam a província de Guangdong como epicentro de experiências relevantes de resistência, organização e procura por solidariedade para as lutas dos trabalhadores no país.

Palavras-chave: China contemporânea; relações trabalhistas; divisão internacional do trabalho; movimento operário.

¹ Doutorando em Economia Política Mundial pela UFABC. Email: edison.menezes@ufabc.edu.br

ABSTRACT

China's rise to the status of an economic power with global impact has been for several years now a topic about which there is broad consensus among researchers, analysts and even the general public. At the same time, many still seem to agree that its development towards the status of a great economic power took place without eliminating the existence of disproportions and the persistence of relative backwardness in certain areas. In its own way, the situation of Chinese workers, despite significant heterogeneity, seems to reflect a similar dynamic. According to Chinese and foreign researchers, in the last decade there has been a double movement, in which not only workers have sought different forms of organization parallel to unions, but in some cases employers themselves have resorted to alternative forms of mediation, in the face of inability of official unions to resolve labor conflicts. This article seeks to present a brief overview of this process, focusing in its final section on studies that point to the province of Guangdong as the epicenter of relevant experiences of resistance, organization and the search for solidarity for workers' struggles in the country.

Keywords: Contemporary China; labor relations; international division of labor; labor movement.

INTRODUÇÃO

A constatação do novo papel que a China vem desempenhando no contexto internacional é um dos consensos que se pode encontrar na literatura especializada das diversas áreas relacionadas à economia, à geopolítica e às relações internacionais. Um olhar sobre os desenvolvimentos internos a esse grande país constitui provavelmente tema menos comum.

De fato, tornou-se lugar comum afirmar que a economia chinesa cumpriu um papel decisivo na redefinição do mundo do trabalho e do mercado mundial, desde sua plena reinserção na economia global capitalista. Até anos ainda relativamente recentes, dois dos signos fundamentais desse impacto foram: a pressão à alta dos produtos que o país consome em grande escala, especialmente as matérias-primas “commoditizadas”; e a pressão à baixa do preço da mercadoria força de trabalho, que o país oferece em abundância. Contudo, no período dos últimos anos, especialmente de menos de uma década para cá, temos visto algumas alterações importantes.

Por um lado, a China tem se destacado nos últimos anos em diversos âmbitos econômicos, sociais e geoestratégicos, inclusive em alguns dos quais parecia que seu processo de *catching up* seria menos provável, ou pelo menos muito mais lento. Se há pouco tempo era possível utilizar a ausência de marcas chinesas conhecidas internacionalmente como indício do seu atraso e de seu papel de “mera” fábrica do mundo, hoje

não apenas as marcas como Huawei, Xiaomi, TikTok, etc., são amplamente conhecidas e respeitadas, mas de fato a China se aproxima cada vez mais da “fronteira tecnológica”, chegando a disputar a dianteira na competição internacional em alguns ramos como o 5G e pesquisas em IA.

Por outro lado, no mesmo período, temos visto um deslocamento nas estatísticas no tocante aos custos da força de trabalho na China, processo que evidentemente possui enormes consequências nos mais diversos terrenos. De que maneira as transformações em suas relações sociais internas, e mais especificamente no mundo do trabalho chinês, se relacionam com esse processo?

Segundo diversos autores, entre os quais alguns dos estudos que iremos abordar neste trabalho, a relativa melhora nos índices socioeconômicos relacionados a parcelas da classe trabalhadora não significa que tenham deixado de ser registrados inúmeros casos de abusos, provocando respostas que vão desde protestos e greves, até experiências de organização e busca por solidariedade em outras camadas sociais.

O presente artigo busca contribuir para fixar a importância dessa ordem de questões e oferecer elementos, ainda que parciais, para a reflexão.

A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM MEIO À ASCENSÃO CHINESA

No prefácio a seu livro de 2007, Ching Kwan Lee afirmava que “no alvorecer do século XXI, a China vem sendo aclamada como a ‘oficina do mundo’, preparada para assumir um papel fundamental na economia política global”. Ao mesmo tempo, a autora também já chamava a atenção para o fato de que “as condições de trabalho chinesas também geraram intenso interesse entre os legisladores americanos e internacionais, ativistas do movimento trabalhista e agências de desenvolvimento” (Ching, 2007).

O livro de Ching, cujo mérito nos parece desnecessário ressaltar, deu em grande medida as coordenadas básicas para compreender aquele momento de inflexão, através da análise comparativa, baseada em dados quantitativos e pesquisa qualitativa “etnográfica”, entre o processo de declínio da velha classe operária da região nordeste do país, e a ascensão da nova classe operária no sul a partir das grandes migrações camponesas.

Seria valioso dispor hoje em dia de uma obra única que cumprisse papel semelhante, para o diagnóstico e o traçado de perspectivas da situação da classe trabalhadora na China atual, quase duas décadas depois do trabalho de Ching. Se ela já existe, ainda não tivemos a sorte de encontrá-la. Por outro lado, constatamos a existência de um volume considerável de pesquisa sendo feita nessa direção, mesmo levando em conta apenas a escassa porção que nos chega a ser acessível, seja por questões de idioma seja por outras questões diversas. Em todo caso, por estarmos diante de um processo em curso, a investigação nesse campo tem certamente um amplo terreno a desbravar.

Sobre o período anterior, diversos autores destacaram a substituição do modelo exportador vigente até o início dos anos 2000, baseado no fluxo migratório de trabalhadores

não qualificados que iam dos bolsões rurais nas regiões centrais e oeste do país para os centros industriais localizados na região costeira. As fábricas costeiras teriam passado a encontrar dificuldades crescentes em manter esse padrão, especialmente devido à pressão ao aumento salarial, ao lado de crescentes custos de energia e matérias-primas, o que resultou numa grande pressão para uma mudança profunda na distribuição do aparelho produtivo chinês, seja com as empresas migrando para o interior, seja deslocando sua produção para outros países asiáticos em que os níveis salariais se mantinham mais baixos, como Vietnã, Bangladesh e Índia (Zhu; Pickles, 2014).

Junto com um aprofundamento das relações econômicas que a tornaram um dos principais parceiros comerciais de quase todos os países do planeta, a China procurou estabelecer um espaço próprio de influência e presença econômica, apelando aos acordos bilaterais tanto comercialmente, em investimentos, em diplomacia e mesmo em instalação de infraestruturas ligadas à segurança.

Esse último processo (deslocalizações partindo da China) já havia começado em meados dos anos 2000, mas ganhou maior dimensão na década passada. No contexto atual, do mundo mergulhado na guerra comercial-tecnológica entre EUA e China, e sob os impactos da pandemia, outras dimensões se agregaram ao processo, com políticas deliberadas de tentativa de diminuição da dependência da manufatura chinesa por parte de países como Japão, além de Taiwan, entre outros.

Extrapolando os limites deste trabalho abordar os alcances e limites dessa nova onda de “deslocalizações”, desta vez não dos países desenvolvidos para a China, mas desta para outros países de mão de obra ainda mais barata, como o Vietnã, Bangladesh ou Myanmar, entre diversos outros especialmente no sudeste asiático. De todo modo, são questões a ter em mente como pano de fundo para os assuntos que iremos abordar nos próximos tópicos.

ELEMENTOS SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DAS CONDIÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA NA CHINA

Nesse contexto, fica evidente a importância de acompanhar as transformações na situação da classe trabalhadora, tanto em seu aspecto econômico como do ponto de vista social e político mais amplos. Um aspecto do processo remete às mudanças observadas quanto à natureza dos protestos operários na China, se tomamos como parâmetro a explosão da crise estrutural do capitalismo em 2008. De acordo, por exemplo, com um estudo do tema publicado em 2014, uma mudança qualitativa vem sendo observada desde aquele momento de inflexão (o ano de 2008). Enquanto a literatura anterior caracterizava amplamente a natureza meramente defensiva das greves operárias na China, os autores do estudo chamam a atenção para o que denominam um “processo político”, em que os trabalhadores percebem “pistas cognitivas” na realidade que os alentam a ampliar e

mudar o caráter de suas reivindicações, que passam a incluir prioritariamente o aumento de salários, a melhoria das condições de trabalho e um tratamento mais respeitoso por parte dos chefes (Elfstrom; Kuruvilla, 2014).

No passo atual da economia, desenvolvimento tecnológico, mas também crescente na disputa geopolítica e, em alguns casos, até bélica, pela hegemonia em uma possível nova ordem mundial, os ritmos se aceleram e as próprias noções do que seria recente ou passado por vezes se misturam. Um estudo publicado em agosto de 2017 aponta que a China teria se tornado o maior mercado mundial para robôs industriais a partir de 2013. Os autores ali destacavam novamente o ano de 2008 e a crise financeira como sendo o ponto de inflexão, que teria feito com que as corporações buscassem responder aos custos salariais e ao aumento da pressão pública sobre a segurança do trabalho através do incremento da utilização de alta tecnologia, dando lugar ao que denominaram como “revolução robótica”. Ao mesmo tempo, a introdução dos robôs abre novos desafios aos trabalhadores, num contexto em que, diferentemente de países ocidentais com alto grau de organização operária, a repressão e desorganização prevalecentes na China poderiam criar novas dificuldades (Huang; Sharif, 2017). Em certo sentido, a forma particular chinesa de atravessar os anos da pandemia global, vista de hoje, parece corroborar o acerto daquela tendência.

Em paralelo com esse processo, especialmente durante a pandemia do coronavírus, a economia de plataforma digital ascendeu em escala global. Não surpreende então que na China, como em tantos outros aspectos, também a escala da economia de plataforma seja de magnitude de difícil comparação. Entre as empresas mais dinâmicas em atividade no país, encontramos gigantes como a Taobao e a Jindong no ramo do comércio digital, a Meituan no setor de delivery de alimentos, ou a Didi no setor de transporte de passageiros, com atuação inclusive no Brasil, através da 99 Táxis, concorrente da Uber, líder do setor.

Nesse contexto, com a ampliação desse setor econômico, o número de trabalhadores de plataforma (entregadores, empregados de logística, entre outros) teria crescido, segundo dados da OIT, de 50 milhões para 84 milhões entre 2015 e 2020, alcançando então quase dez por cento da população empregada no país. Outro dado que parece apontar no mesmo sentido é o do percentual de trabalhadores na informalidade, que teria ido de 31% em 2003 para 60% em 2019 (Nogueira, 2023).

Assim, ao mesmo tempo em que os dados da última década mostram claramente a elevação sustentada da média salarial em todas as categorias (em patamar significativo, descontados os efeitos inflacionários), é importante contrabalançar a tendência, tendo em mente o padrão ainda baixo do salário mínimo. Segundo dados da mesma OIT, o último dado sobre salário mínimo para Hong Kong é de 2016: US\$ 798. Já para a China continental, em 2019: US\$ 217 (apenas para comparação, Brasil em 2019: US\$ 253).

Existe um grande debate em curso acerca da explicação para essa consistente elevação do patamar salarial na China. Infelizmente, não dispomos aqui do espaço necessário sequer para esboçar os temas da discussão, porém, dada a sua importância, nos parece essencial ao menos nomear o tema.

De fato, para tentar entender em que momento estaria a China do ponto de vista dos custos associados à força de trabalho, alguns analistas usam o chamado “ponto de

inflexão de Lewis” (*Lewis turning point*), utilizado para descrever o momento em que países economicamente atrasados ou em desenvolvimento atingem um limite na utilização da mão de obra barata migrante das áreas rurais. Segundo estudo divulgado pelo FMI em 2013, a China encontraria esse ponto de mutação entre 2020 e 2025; analistas do *Financial Times*, no entanto, situam o alcance desse ponto em 2015, enquanto outros autores afirmam que a China já o teria ultrapassado desde 2011. Diferenças à parte, todos apontam a tendência como inelutável, e o trabalho do *Financial Times* citado afirma que a média salarial na China teria nada menos do que triplicado entre 2005 e 2016, estando situada agora acima de países como Brasil, Argentina e México (Bulloch, 2017).

No entanto, estudos mais recentes têm questionado tal abordagem ancorada numa visão econômica neoclássica, e até mesmo apontado incongruências no próprio conceito do *Lewis turning point*, ou pelo menos a sua aplicação ao caso chinês (Majerowicz, 2022).

Retomando o ponto anterior, dois outros pesquisadores destacaram o aumento na frequência e no padrão reivindicativo dos conflitos trabalhistas na China, porém problematizando o caráter da reação governamental a esse processo, quanto ao caráter predominantemente reformista ou conservador dessa reação (Wang; Elfstrom, 2016). Os autores afirmam que não se pode dar uma resposta definitiva a essa questão, mas apontam a hipótese de que, ao lado do incremento dos conflitos laborais, também poderia estar aumentando o número de oficiais que passaram a ver uma reforma favorável aos trabalhadores como necessária.

Um estudo publicado no mês de agosto de 2019 vai mais longe e sugere que existiria um aumento generalizado do bem-estar subjetivo entre a população chinesa, levando em conta não apenas fatores relacionados à renda, mas a sensação de segurança e pertencimento à comunidade, entre outros elementos (Clark; Yi; Huang, 2019). Outros estudos, no entanto, parecem apontar para conclusões opostas, ao situar a desaceleração econômica como fonte de um aumento dos protestos laborais na China (Shelton; Fang, 2019). Caracterizar e avaliar essa dimensão do “bem estar subjetivo” envolve um conjunto de aspectos complexos e de difícil quantificação, incluindo as dimensões culturais e ambientais, cuja análise demandaria uma série de pesquisas complementares.

De todo modo, em agudo contraste com os estudos que tratam os avanços obtidos pelos trabalhadores em matéria salarial e de condições de trabalho, os exemplos tratados nas seções finais do presente trabalho mostram que segue existindo um profundo mal-estar em importantes contingentes de trabalhadores, o que se revela inclusive em protestos, greves e diversas tentativas de organização.

Um estudo emblemático foi a profunda investigação encabeçada por Jenny Chan acerca da Foxconn (Chan; Selden; Ngai, 2020). Nas palavras de um pesquisador brasileiro de referência:

O caso da Foxconn, que fabrica produtos da Apple, Nokia, Dell, Sony, Nintendo, onde o suicídio de 10 trabalhadores e a tentativa de outros três, todos eles jovens de 18 a 24 anos que tinham de trabalhar até 16 horas por dia, foi paradigmático da situação das relações de trabalho dez anos atrás, o que constitui precisamente a linha inicial de nosso estudo (Antunes, 2019).

Em conexão com tal ordem de problemas, diversos autores assinalaram, sobretudo na metade final da década passada, a ocorrência de modificações moleculares em curso na estrutura sindical chinesa, na qual indícios relevantes de flexibilização interna vêm sendo descritos, em comparação com a estrutura oficial monolítica até então prevalecente. Não apenas os trabalhadores buscaram diversas formas de organização paralela aos sindicatos, mas os próprios empregadores lançam mão de formas alternativas de mediação, frente à incapacidade dos sindicatos oficiais de resolver os conflitos laborais (Brown; Kai, 2017).

Em contrapartida, uma variedade de estudos de viés mais crítico assinala como um dos objetivos primários da ACFTU (a central sindical única atrelada ao estado, na sigla em inglês amplamente utilizada na literatura) como sendo o de impedir o desenvolvimento de sindicatos independentes por fora do partido-Estado.

Ligado a isso, nos parece adequado finalizar esta seção com uma incursão maior no último relatório publicado pelo China Labour Bulletin, em janeiro de 2024. O trabalho desse importante Centro é amplamente conhecido pelos estudiosos do tema; de todo modo, para os interessados sem conhecimento prévio, vale repetir que simplesmente não existem estatísticas oficiais sobre o número de greves e protestos de trabalhadores na China. Nesse contexto, o mapa de greves do CLB é atualmente o único banco de dados acessível publicamente que contém informações detalhadas (em inglês e chinês) sobre mais de 16 mil ações coletivas de trabalhadores na China desde 2011.

Nesse sentido, é importante notar que os números apresentados ali não constituem “estatística” no sentido estrito do termo, pois não são dados globais obtidos de maneira oficial para todo o território, e sim uma somatória de diversas fontes oficiais e não oficiais, através da qual se perfaz, mediante um esforço além da imaginação comum, uma espécie de reconstituição que se aproxime o máximo possível da realidade; ainda assim, seguramente deixando de fora uma parcela considerável do total.

Dito isso, é impressionante observar que o mapa de greves de 2023 coletou 1.794 incidentes, mais que o dobro do total de 2022 (831 incidentes) e ultrapassando os níveis pré-pandemia de ações coletivas dos trabalhadores.

Entre essas greves e protestos registrados em 2023, o setor da indústria de transformação registrou o maior aumento relativo em comparação com o ano anterior, tendo se multiplicado em dez vezes para atingir o número de 438 incidentes (24% do total). Já como proporção do total, a construção civil seguiu encabeçando a lista, com 53% do total de incidentes. Em outros setores, o volume de incidentes teria acompanhado aproximadamente os resultados dos últimos anos.

Em contrapartida, grande parte dos trabalhadores desempregados da indústria de transformação e da construção estão migrando para o setor dos transportes e logística, que começam a apresentar sinais de supersaturação. Tomando como exemplo o serviço de transporte privado *on-line*, os departamentos de transportes de Shenzhen e Chongqing, entre outros, chegaram a emitir alertas de risco a potenciais novos condutores em meados do ano passado, dado o afluxo de novas plataformas e motoristas sem um aumento correspondente da demanda.

Na área do transporte de cargas também ocorreu algo semelhante, com a entrada de novos motoristas e empresas de transporte acirrando a concorrência no setor. Segundo um relato que o CLB destaca como emblemático, um caminhoneiro que trabalha há 10 anos disse numa entrevista que, como as fábricas estão produzindo menos, tornou-se mais difícil para os motoristas encontrarem mercadorias para transportar e os transportadores aproveitaram esta tendência para reduzir ainda mais as taxas de frete. Isto coloca grande pressão sobre os motoristas que contraíram empréstimos para comprar seus caminhões, e agora não têm escolha a não ser dormir dentro deles. Alguns caminhoneiros querem vender seus veículos, mas também não há compradores (CLB, 2024).

De todo modo, sem termos a possibilidade de analisarmos mais a fundo todos esses dados, concluímos esta seção ratificando o que dissemos no início deste trabalho, e fazendo ressaltar entre o conjunto de dados, a percepção de que, para a indústria de transformação, as informações coletadas reforçam que grande parte dos incidentes se relacionam a fábricas costeiras que fecharam ou se deslocaram.

GUANGDONG COMO CASO PARTICULAR

No intuito de problematizar o alcance e as desigualdades internas ao processo já bem estabelecido de aumento da média salarial na China, é digno de nota que na província de Guangdong tenha se iniciado a tendência a desrespeitar a orientação governamental nacional que preconizava o aumento do salário mínimo a cada dois anos em todo o país.

Segundo uma pesquisa realizada anos atrás, pelo mesmo citado *China Labour Bulletin*:

A política de Guangdong de apenas aumentar o salário mínimo uma vez a cada três anos teve um impacto severo nas vidas dos trabalhadores de baixa remuneração de lá, de acordo com uma pesquisa de 2017 (...) A maioria dos trabalhadores pesquisados ganhava não muito mais do que um salário mínimo e, como resultado, lutava para manter até mesmo uma existência básica. Eles foram forçados a viver em casas de aluguel barato e de baixa qualidade, gastando a maior parte de sua renda com comida e muitos indo e voltando do trabalho à pé para evitar custos de transporte (CLB, 2023, tradução nossa)².

Essa particularidade, que nos remete diretamente para as questões abordadas na parte final deste estudo, trazem à mente a investigação levada a cabo por Ching Kwan Lee.

Na conclusão da sua obra, a autora afirmava ter buscado captar a heterogeneidade da acentuada desigualdade das mudanças ocorridas na China entre os anos 1980 e 1990, através da comparação entre duas províncias que representavam casos extremos,

² Guangdong's policy of only increasing the minimum wage once every three years has severely impacted the lives of low-paid workers there, according to a 2017 survey conducted by the Hong Kong-based group Worker Empowerment. The majority of workers surveyed earned not much more than the minimum wage and, as a result, struggled to maintain even a basic existence. They were forced to live in low-rent, poor quality housing, spend most of their income on food, and many walked to and from work to avoid transport costs.

simbolizando o que a autora chamou de morte do socialismo e nascimento do capitalismo no país; a saber, Liaoning no nordeste e Guangdong no sul (Ching, 2007).

Somos levados a afirmar, inspirados por esse exemplo, que assim como há quase duas décadas, a observação dos processos econômicos e sociais em curso em Guangdong - assim como, na medida do possível, a comparação com outras regiões das quais é ainda mais difícil obter dados diretos a partir de nossa posição particular como pesquisadores brasileiros - pode encerrar a chave para a compreensão de amplos processos em curso. Quiçá tanto daqueles já visíveis, quanto de outros dos quais hoje podemos, no melhor dos casos, ter alguma intuição, mas que podem ser igualmente determinantes para moldar o futuro não só da China, mas em outras latitudes.

APONTAMENTOS SOBRE EXEMPLOS DE RESISTÊNCIA E TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Retomando o que foi dito acima sobre o papel da ACFTU, e analisando a trajetória das últimas duas décadas, mesmo sem contar com os dados atualizados a respeito, podemos concluir que o esforço da burocracia estatal nesse sentido não passou em vão, já que de 2005 a 2016 o número de trabalhadores de empresas privadas com representação sindical oficial passou de cerca de 150 milhões a 302 milhões de membros, registrados em algo em torno de 2,8 milhões de sindicatos ao nível de empresa, tornando a China a maior força de trabalho sindicalizada do mundo (CLSY, 2018). No entanto, uma série de experiências emblemáticas, sobretudo registradas na província de Guangdong, parecem oferecer um ângulo especialmente favorável para vermos as linhas de falha do discurso oficial.

O acúmulo de evidências colhidas nos últimos anos aparece a tal ponto avassalador, que vale a pena retomar a avaliação formada quase duas décadas atrás por nossa primeira autora de referência aqui citada. Com efeito, já no trabalho de Ching, emerge uma quase dualidade que se mantém, modificada, até os dias de hoje:

Apesar da onipresença do capitalismo selvagem nas suas fábricas, Shenzhen é também a fronteira da legislação trabalhista e da reforma da arbitragem laboral, tornando-a uma cidade muito controversa nas relações de trabalho. Quase um quinto dos litígios laborais arbitrados na China ocorrem em Shenzhen (Ching, 2007, p. 162, tradução nossa)³.

Fazendo recordar ao leitor que Shenzhen é justamente a principal cidade industrial da província de Guangdong (que nos registros ocidentais do passado aparecia como Cantão), e lembrando ainda a fronteira geográfica direta entre Guangdong e Hong Kong, prossigamos assim para as seções conclusivas deste trabalho.

³ “Despite the ubiquity of savage industrial capitalism in its factories, Shenzhen is also the frontier of labor law and labor arbitration reform, making it a most contentious city in labor relations. Almost one-fifth of China’s arbitrated labor disputes occur in Shenzhen”.

UM PERÍODO DE LUTAS ECONÔMICAS COLETIVAS ENTRE 2007-2014 EM GUANGDONG

Em artigo publicado no final de 2023, um pesquisador chinês de Hong Kong buscou fazer um estudo de como o “discurso de classe” (*class discourse*) emergiu em diferentes momentos e experiências da luta dos trabalhadores na China. Para isso, utilizou dados extraídos das expressões faladas e escritas de ativistas envolvidos nas próprias lutas. Embora se trate de casos seletivos e que possam não abranger a totalidade do processo, oferecem certamente um vislumbre do domínio do discurso de classe que ocorreu no meio das ações de protesto. Não podemos aqui seguir toda a argumentação do autor, que procura compreender a intrincada interação entre experiências, discursos e papéis distintos dos ativistas em diversos contextos (Chen, 2023).

De todo modo, antes de entrar na análise dos dados e relatos fornecidos pelo autor, parece-nos importante ressaltar um comentário feito por ele mesmo:

Embora o termo “classe” tenha desaparecido em grande parte do discurso público da China, o discurso de classe perdurou nas lutas laborais do país ao longo das últimas quatro décadas. No entanto, o discurso de classe tem sido articulado de formas distintas em três instâncias de ativismo operário: a oposição dos trabalhadores estatais à reestruturação industrial, a negociação coletiva iniciada pelos trabalhadores e a agitação de inspiração marxista, manifestando-se como nostalgia, direitos coletivos e emancipação laboral, respectivamente (Chen, 2023, p. 493, tradução nossa)⁴.

No mesmo estudo, o autor destaca o período de 2007 a 2014 como um auge nos conflitos e negociações coletivas em Guangdong.

Um caso particular analisado em pormenor é o da Laowei, uma firma de advogados que se tornou ONG em Shenzhen, juntamente com outras ONGs que desempenharam um papel fundamental na promoção da negociação coletiva dos trabalhadores. Segundo Chen, apesar de grande parte dos ativistas afiliados a tais grupos criticarem a exploração capitalista, o seu foco estava no aumento da influência do trabalho face ao capital, defendendo os direitos coletivos e não apelando à eliminação da economia de mercado. Centrando seu discurso nos direitos coletivos, incorporavam uma dinâmica colaborativa entre os trabalhadores e outros atores da sociedade civil, criando assim algo que o autor enquadra naquilo que denomina como “modelo simbiótico” de elaboração discursiva (Chen, 2023).

O autor estabelece um interessante contraste com o antecedente histórico das antigas fábricas estatais privatizadas na viragem neoliberal do início dos anos 1990, que utilizavam um discurso nostálgico do período maoísta prévio às reformas iniciadas por

⁴ “While the term “class” has largely vanished from China’s public discourse, class discourse has endured within the country’s labor struggles over the last four decades. Nevertheless, class discourse has been articulated in distinct ways across three instances of labor activism: state workers’ opposition to industrial restructuring, worker-initiated collective bargaining, and Marxist-inspired agitation, manifesting as nostalgia, collective rights, and labor emancipation, respectively”.

Deng Xiaoping em 1978. Em todo caso, retornando ao período ora analisado, que o autor demarca como tendo início a partir de 2007, denominado por ele como uma era de lutas reivindicativas dos trabalhadores, caberia assinalar com destaque o papel das “ONGs laborais” (*labor NGO*), que teriam sido fundamentais para o avanço da negociação coletiva, contando com ativistas intelectuais dispostos a assumir um papel crítico na formulação do discurso em torno dos direitos coletivos.

Um dos modelos desse tipo de interação foram os casos baseados na premissa de compromisso de classe da social-democracia. Feng Chen oferece como exemplo o estudo da postura do sr. Wang, um defensor resolutivo do trabalho e um estudioso do trabalho, defendendo narrativas alinhadas com este ponto de vista (Chen, 2023).

No entanto, precisamente por conta da concepção social-democrata abertamente assumida, Wang não acreditava que a contradição de classe culminasse necessariamente no antagonismo de classe, dada a intrincada interdependência entre trabalho e capital nos sistemas industriais modernos. Esta complexidade resulta na coexistência da luta de classes e do compromisso de classes, gerando cooperação.

Ampliando para além desse caso individual, Chen observa como os ativistas da Laowei foram capazes de estabelecer ligações diretas com os trabalhadores. O pessoal da Laowei treinou mais de 2 mil trabalhadores na arte da “representação laboral” e da negociação coletiva, uma parte dos quais transitou para ativistas que catalisam esforços coletivos.

Além disso, a organização facilitou a colaboração com ONGs orientadas para o trabalho, transmitindo-lhes compreensão conceitual e competências práticas para reforçar o seu apoio à negociação coletiva. A Laowei também lançou a sua própria revista em 2010, intitulada “Fórum de Negociação Coletiva”, que apresentava artigos sobre o contexto histórico, fundamentos e estudos de caso da negociação coletiva. Também organizaram fóruns e workshops. Essas plataformas reuniram acadêmicos, dirigentes sindicais e ativistas de ONGs, fomentando discussões sobre a viabilidade e eficácia da negociação coletiva.

UMA INFLEXÃO NO PROCESSO ANTERIOR?

Jenny Chan, a autora principal de “Dying for an iPhone”, já citada, faz o relato mostrando como a luta na Jasic, que começou com demandas por melhores condições de trabalho e por garantir seu direito constitucional a ter uma representação sindical própria eleita a partir do local de trabalho, redundou em perseguições e demissões de ativistas por parte da empresa. A partir daí, o caso se transformou num emblema para a conformação de uma impressionante experiência de aliança operário-estudantil. Foge ao escopo deste artigo entrar nos pormenores do processo, como o papel de uma jovem geração de estudantes cuja abnegação e heroísmo está bem descrita nos artigos de Chan, que retrata o perfil individual de diversos desses jovens (Chan, 2020). Segundo outro relato:

Em maio de 2018, uma disputa trabalhista decorrente de regulamentações irracionais eclodiu na *Jasic Company* em Shenzhen. Vários operários ativistas lideraram uma exigência de sindicalização, resultando em demissões e subsequente detenção devido aos protestos. À medida que mais trabalhadores se juntaram à luta, procurando a libertação destes ativistas e a melhoria das condições de trabalho, um grupo de estudantes maoístas transformou o conflito num protesto com forte carga ideológica (Chen, 2023, p. 506, tradução nossa)⁵.

Ou então, retomando as palavras de Jenny Chan:

Em julho de 2018, a disputa trabalhista na *Shenzhen Jasic Technology* tornou-se politicamente importante. A agência de notícias oficial Xinhua alegou que o conflito era instigado por “uma organização ilegal não registrada” de trabalhadores da Jasic, que estaria tomando “ações radicais”. Mas permaneceu em silêncio sobre o crescente apoio público por parte de estudantes universitários e recém-formados da China continental aos trabalhadores da Jasic detidos. O Grupo de Apoio aos Trabalhadores da Jasic, composto principalmente por membros de jovens estudantes marxistas e maoístas, virou de cabeça para baixo a retórica do partido-Estado. A disparidade entre as ideologias oficiais de classe e as práticas reais do Estado nunca foi tão clara (Chan, 2020, p. 166, tradução nossa)⁶.

No mesmo ensaio, a autora parte de um apanhado acerca da experiência de defesa estudantil para a melhoria dos trabalhadores na atual fase de transformação socioeconômica chinesa para, em seguida, investigar o pensamento e as ações de diversos membros do Grupo de Apoio aos Trabalhadores da Jasic.

Na visão de Feng Chen, uma marca do conflito teria sido dada por uma parcela desses estudantes especialmente identificada com o maoísmo, que teriam transformado a disputa num protesto “ideologicamente carregado”. Chen também chama a atenção para a natureza secreta das suas estratégias de apoio e parece sugerir que, devido à falta de mobilização efetiva entre os trabalhadores, os protestos foram predominantemente conduzidos por estudantes e enquadrados nos contornos do discurso de classe marxista.

Segundo o autor, conflitos semelhantes surgiram esporadicamente em manifestações operárias anteriores. No entanto, raramente estas foram expressas numa ideologia marxista/maoísta. Paralelamente à referência ao Artigo 3º da Lei Sindical, que prevê o direito dos trabalhadores de se envolverem e estabelecerem sindicatos de acordo com a lei, os ativistas do Jasic exigiram direitos de sindicalização. Uma postagem no site “Jasic Solidarity” enfatizou:

⁵ “In May 2018, a labor dispute stemming from unreasonable regulations erupted at the Jasic Company in Shenzhen. Several worker activists spearheaded a demand for unionization, resulting in their dismissal and subsequent arrest while protesting. As additional workers joined the fray, seeking the release of these activists and an enhancement of management conditions, a group of Maoist students transformed this dispute into an ideologically charged protest”.

⁶ “In July 2018, the labor dispute at Shenzhen Jasic Technology became politically consequential. Xinhua alleged that it involved instigation of “an unregistered illegal organization” of Jasic workers into taking “radical actions.”¹ But it remained silent about growing public support by mainland Chinese university students and recent graduates for the arrested Jasic workers. The Jasic Workers Support Group, composed primarily of members of young Marxist and Maoist students, turned the party-state rhetoric on its head. e disparity between social class ideologies and the state’s actual practices has never been clearer”.

A luta contínua pela formação de sindicatos tem imensas implicações. Ela está sendo observada de perto pelos trabalhadores e capitalistas em toda Guangdong. Um sucesso seria um exemplo para os trabalhadores de outras fábricas; um fracasso envolveria a classe trabalhadora nas trevas mais uma vez. Tanto os trabalhadores como os empregadores consideram que não podem perder a batalha (Jasic Solidarity *apud* Chen, 2023, p. 507, tradução nossa)⁷.

Abraçando este ponto de vista, uma carta aberta de estudantes da Universidade de Pequim, endossada por mais 1.600 signatários de várias universidades, descreveu o protesto de Jasic como uma personificação da “organização disciplinada da classe trabalhadora e do destemido espírito de sacrifício”, anunciando uma transformação histórica e a busca de libertação de classe. As pesquisas registram outras cartas a partir de outros centros urbanos, como Xangai e outras cidades.

Tendo reunido uma série impressionante de testemunhos escritos e orais, Jenny Chan nos brinda um relato que ilustra as suas trajetórias pessoais e os diversos níveis de encontro que cada um deles teve com versões do marxismo e do maoísmo, entre outras correntes intelectuais, bem como tentativas de resposta estratégica às lutas dos trabalhadores. As táticas de protesto e mobilização social demonstram as severas restrições à sindicalização, ao ativismo estudantil e à solidariedade proletária.

Interessante notar que, em possível contraste com a interpretação oferecida por Feng Chen, a questão da extensão e profundidade da aliança entre estudantes e operários, tanto com respeito à experiência como aos objetivos da interação - e ainda que a periodização sugerida por Chen seja útil -, talvez diga menos sobre uma diferença cronológica e mais sobre momentos ou dimensões que ocorrem em paralelo em distintos lugares. Ou às vezes com uma distância entre si bem menor do que a referência anterior sugeriria.

Assim, por exemplo, Jenny Chan faz notar diversos outros exemplos de adesão estudantil apaixonada às lutas dos trabalhadores, algumas das quais remontando a quase duas décadas atrás. Como a própria autora chama a atenção, estudantes universitários de uma vasta gama de disciplinas, incluindo Direito, História, Antropologia, Sociologia, Serviço Social, além de estudos de gênero, meios de comunicação social e jornalismo, e medicina, há muito tempo se envolvem com os trabalhadores, especialmente mulheres migrantes e trabalhadores feridos.

Alguns estagiaram em centros de trabalhadores patrocinados por Hong Kong, outros em organizações de direitos trabalhistas geridas pela China continental para oferecer consultoria jurídica, exames de saúde, formação de sensibilização feminista e outros programas de assistência a grupos marginalizados. Outros ainda levaram a cabo investigações independentes e projetos culturais de multimeios, entre diversos exemplos citados (Chan, 2020).

Em todo caso, a literatura registra o surgimento de grupos de estudantes marxistas ou maoístas nos campi chineses na década de 2000, em meio à ascensão da “nova

⁷ “The ongoing struggle for trade union formation holds immense implications. It’s being closely observed by workers and capitalists across Guangdong. A success would set an example for workers in other factories; a failure would shroud the working class in darkness once more. Both workers and employers think that they cannot afford to lose the battle”.

esquerda” nos círculos intelectuais da China (Chen, 2023). Já a partir de 2012 e, contraditoriamente, o mesmo regime de Xi Jinping que aumentou a repressão, parece também ter fornecido elementos de uma revitalização de certa ideologia comunista “ortodoxa”, encorajando os estudantes a abraçarem o marxismo e/ou o legado maoísta para criticar o capitalismo contemporâneo. Para uma parcela de estudantes não comprometidos com o regime oficial, não foi difícil passar da crítica ideológica à denúncia das políticas neoliberais, por intensificarem a desigualdade econômica, a exploração dos trabalhadores e os danos ambientais. Os estudantes organizaram sociedades de estudo marxistas em diversas universidades em todo o país, como por exemplo, na Universidade de Pequim, na Universidade Renmin e na Universidade de Línguas de Pequim, para citar algumas das mais conhecidas. Outros divulgaram ideias marxistas e maoístas em meios digitais, nos quais discutiram problemas socioeconômicos que vão desde a desigualdade, a pobreza e a exploração do trabalho até à mercantilização da educação e dos cuidados de saúde.

Ainda assim, retomando aqui o relato de Feng Chen, não foi senão em 2018 que o nível de engajamento de estudantes com a luta operária deu um salto de proporção, precisamente na luta da Jasic. Apesar de assinalar antecedentes históricos dignos de nota, como uma greve dos trabalhadores da limpeza na Cidade Universitária de Guangzhou que contou com apoio substancial dos estudantes, para Chen o caso da Jasic constituiu um fenômeno em certa medida único (Chen, 2023).

Finalmente, a seção conclusiva reflete sobre o controle cada vez maior do regime de Xi sobre a sociedade civil e o espaço cada vez menor em que a interação entre estudantes e trabalhadores pode ocorrer. Conforme o relato de Chan, diversas organizações de direitos trabalhistas encarregadas de apoiar a luta da Jasic também foram fechadas por funcionários do governo. No distrito de Pingshan, em Shenzhen, por exemplo, pelo menos dois grupos, o Centro de Trabalhadores Migrantes (打工工者中心心 Dagongzhe Zhongxin), e o Centro de Assistentes Sociais Qingying Dreamworks (青青鷹夢工工場 Qingying Menggongchang), foram fechados.

No primeiro, Fu Changguo, o principal funcionário acusado de “incitar” os protestos na Jasic, foi detido por mais de um ano, começando em 10 de agosto de 2018, antes de ser finalmente libertado. No último, seis funcionários, incluindo He Pengchao, ex-aluno da Universidade de Pequim, foram detidos em novembro de 2018, tiveram acesso negado a advogados e a familiares e foram vistos apenas meses depois, obrigados a fazer “confissões” em vídeo.

Conseqüentemente, qualquer tipo de ativismo operário ou em favor dos trabalhadores, qualquer que seja a sua base teórica e discursiva, será provavelmente reprimido enquanto o PCCh e o Estado o considerarem perturbador da ordem social. Os protestos liderados por trabalhadores demitidos são frequentemente dispersados à força e os seus líderes são detidos e processados. As ONGs de apoio aos trabalhadores foram implacavelmente esmagadas em 2015 e 2019, tendo seus líderes sido detidos e encarcerados, levando ao encerramento da maioria desse tipo de organização. O protesto na Jasic culminou também com a detenção de ativistas estudantis, alguns dos quais foram coagidos a fazer confissões na televisão.

Em face à repressão do regime, alguns atores-chave adotam compreensivelmente uma linguagem, em certo sentido, ambivalente. Exemplo maior disso talvez seja o próprio CLB. Como vemos na conclusão do relatório sobre o mapa de greves do ano passado, citado na seção anterior, por um lado ali se afirma:

Nestas circunstâncias, os trabalhadores da China precisam de sindicatos que possam representá-los antes e depois de os seus direitos serem violados. Um tal mecanismo, funcionando adequadamente, apoiaria os objetivos econômicos e sociais do país, garantindo que tanto os direitos públicos como privados fossem protegidos e que os cidadãos pudessem ter uma oportunidade justa de ganhar uma vida digna (CLB, 2024, tradução nossa)⁸.

Ao mesmo tempo, em outro trecho a seguir, o relatório declara:

Enquanto os trabalhadores lutam pelos seus direitos, e o CLB há muito que defende que o sindicato oficial da China assuma o seu mandato de representar os trabalhadores, ainda reconhecemos que são necessárias novas ferramentas e estratégias para apoiar o movimento dos trabalhadores na China. Em 2023, a CLB começou a procurar o envolvimento com intervenientes ao longo da cadeia de abastecimento no meio de mudanças dramáticas na indústria de transformação da China (CLB, 2024, tradução nossa)⁹.

Apontamos essa aparente ambiguidade como sinal da força de opressão (“repressão preventiva”) exercida pelo regime de Xi, já que está fora de questão a coragem e tenacidade dessa organização na defesa intransigente dos trabalhadores chineses e seus direitos. A mesma conclusão citada anuncia com letras grandes que “os trabalhadores precisam de representação e de novas ferramentas em face às violações de direitos generalizadas”.

Poderíamos concluir, de novo, com as palavras de Jenny Chan:

A ‘repressão de 24/8’ do movimento da Jasic em 2018, e as suas consequências em 2019, constituem a maior ação repressiva desde dezembro de 2015 (quando mais de duas dezenas de ativistas sindicais foram detidos pelas autoridades na província de Guangdong). Em retrospectiva, quando os líderes operários da Jasic foram despedidos, não ocorreu nenhuma greve, limitando as oportunidades de educar, agitar e organizar a nível do local de trabalho (Chan, 2020, p. 179, tradução nossa)¹⁰.

A autora prossegue constatando que, por mais importante que tenha sido o engajamento público de ativistas, tanto mais velhos quanto mais jovens, bem como de

⁸ “Under such circumstances, China’s workers need trade unions that can represent them before and after rights are violated. Such a mechanism, functioning properly, would support the country’s economic and social goals by ensuring both public and private rights are protected, and citizens can have a fair chance at earning a decent livelihood”.

⁹ As workers are fighting for their rights, and CLB has long advocated for China’s official trade union to take up its mandate to represent workers, we still recognise that new tools and strategies are needed to support the workers’ movement in China. In 2023, CLB began to seek engagement with actors along the supply chain in the midst of dramatic changes to China’s manufacturing industry.

¹⁰ “The ‘8.24 crackdown’ of the Jasic movement in 2018, and its fallout in 2019, was the largest repressive action since December 2015 (when more than two dozen labor activists were rounded up by the authorities in Guangdong province).⁶⁸ In retrospect, when the Jasic worker leaders were laid off, no strike occurred, limiting the opportunities to educate, agitate, and organize at the workplace level”.

associações de estudantes universitários, o apoio moral por si só não poderia suprir tudo o que seria necessário para a vitória. Chan (2020) nota que o Estado chinês apregoa um discurso marxista e de Estado de direito nos seus discursos, enquanto as restrições aos direitos coletivos dos trabalhadores permanecem muito rigorosas.

Como vimos anteriormente, em diversos locais de trabalho em Guangdong, marcadamente após ondas de greves no rescaldo da crise financeira global de 2008, as autoridades supostamente tentaram facilitar a resolução de conflitos trabalhistas e a negociação coletiva sobre salários para conter a insatisfação. Porém, segundo Chan (2020), tal forma de gestão da crise, liderada pelo partido-Estado, resultou em ganhos econômicos apenas modestos para os trabalhadores prejudicados.

CONCLUSÃO

Caberia então perguntar: seriam então sombrias as perspectivas para o ativismo operário chinês? Numa avaliação ousada, a ativista acadêmica Pun Ngai vê que a geração mais jovem está explorando ativamente “qual caminho a China deve seguir”, envolvendo um desafio à “sociedade capitalista neoliberal” e uma tentativa de construir “uma sociedade verdadeiramente socialista” (Chan, 2020).

Jenny Chan conclui seu estudo afirmando que a aliança entre estudantes e trabalhadores é precária face ao poder estatal irrestrito. De fato, à medida que o regime de Xi procura reforçar o seu controle absoluto sobre a sociedade civil, muitos acadêmicos na China e no exterior compartilham uma perspectiva pessimista sobre a possibilidade de concretizar os direitos associativos dos trabalhadores.

Contudo, como a própria autora ressalta, o que se mostrou historicamente, na China e no mundo, é que uma aliança entre trabalhadores e estudantes pode ser uma força poderosa para a transformação. Nesse sentido, nós agregamos, parafraseando um velho sábio europeu, a luta operária age em geral de forma lenta, como a velha toupeira que, embora acumulando derrotas e derrotas, constrói de maneira subterrânea o seu caminho para a liberdade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019. v. 4.

BROWN, William; KAI, Chang (org.). **The Emerging Industrial Relations of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BULLOCH, Douglas. China is running out of cheap rural labor and it's because of failed reforms. **Forbes**, 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/douglasbulloch/2017/03/03/china-is-running-out-of-cheap-rural-labor-and-its-because-of-failed-reforms>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CHAN, Jenny; SELDEN, Mark; NGAI, Pun. **Dying for an iPhone**: Apple, Foxconn, and The Lives of China's Workers. Chicago: Haymarket Books, 2020.

CHAN, Jenny. A Precarious Worker-Student Alliance in Xi's China. **The China Review**, [s. l.], v. 20, n. 1, fev. 2020.

CHEN, Feng; YANG, Xuehui. Movement-oriented labour NGOs in South China: Exit with voice and displaced unionism. **Sage Journals**, [s. l.], v. 31, n. 1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0920203X17698447>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CHEN, Feng. Unveiling Class Discourse: Its Articulation and Generation in Chinese Labor Struggles. **Critical Asian Studies**. [s. l.], v. 55, n. 4, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14672715.2023.2258889>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CLB. China Labour Bulletin 2023. **Employment and Wages**. 2023. Disponível em: <https://clb.org.hk/en/content/employment-and-wages>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CLB. China Labour Bulletin 2024. **China Labour Bulletin Strike Map data analysis: 2023 year in review for workers' rights**. 2024. Disponível em: <https://clb.org.hk/en/content/china-labour-bulletin-strike-map-data-analysis-2023-year-review-workers-rights>. Acesso em: 18.fev.2024.

CLSY. China Labour Statistical Yearbook 2017. **China Statistics Press**, 2018. Disponível em: <http://www.mohrss.gov.cn/2017/zk/indexeh.htm>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CHING, Kuan Lee. **Against the Law**: Labor protests in China's rustbelt and sunbelt. California: University of California Press, 2007.

CHUANG, Julia. **Beneath the China boom**: labor, citizenship and the making of a rural land market. California: University of California Press, 2020.

CLARK, William; YI, Daichun; HUANG, Youqin. Subjective well-being in China's changing society. **PNAS**, [s. l.], v. 116, n. 34, p. 16.799-16.804, 2019. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/116/34/16799>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ELFSTROM, Manfred; KURUVILLA, Sarosh. The Changing Nature of Labor Unrest in China, **Sage Journals**, [s. l.], v. 67, n. 2, 2014. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/001979391406700207>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HUANG, Yu; SHARIE, Naubahar. From 'Labour Dividend' to 'Robot Dividend': Technological Change and Workers' Power in South China, **Sage Journals**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2277976017721284>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MAJEROWICZ, Esther. Do campesinato ao exército industrial de reserva: proletarização e determinação salarial na China. In: MAJEROWICZ, Esther; PARANÁ, Edemilson (org.). **A China no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 149-222.

NGAI, Pun. The New Chinese Working Class in Struggle. **Forum Statement**, [s. l.], v. 44, p. 319-329, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10624-019-09559-0>. Acesso em: 18 fev. 2024.

NOGUEIRA, Isabela. Apresentação no VI Encontro da RBChina ocorrido na UFABC. **Youtube**, 25 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/22RtDE4pJXM>. Acesso em 18 fev. 2024.

SHELTON, Tracey; FANG, Jason. China's economic downturn leads to increased worker protests and strikes across the country. **News**, 2019. Disponível em: https://www.abc.net.au/news/2019-02-16/workers-protests-on-the-rise-as-chinas-economy-slows/10793204?utm_campaign=abc_news_web&utm_content=link&utm_medium=content_shared&utm_source=abc_news_web. Acesso em: 18 fev. 2024.

WANG, Kan; ELFSTROM, Manfred. Worker unrest and institutional change: perceptions of local trade union leaders in China. **Sage Journals**, [s. l.], v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0920203X16682491>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ZHU, Shengjun; PICKLES, John. Bring In, Go Up, Go West, Go Out: Upgrading, Regionalisation and Delocalisation in China's Apparel Production Networks. **Journal of Contemporary Asia**, [s. l.], v. 44, p. 36-63, 2014. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00472336.2013.801166>. Acesso em: 18 fev. 2024.